

Ao Supremo Tribunal Federal
Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas

PROPOSTA DE AÇÃO EDUCATIVA – CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA

CURSO PRESENCIAL

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO EDUCATIVA <i>(informar o nome da ação)</i>	Gestão Tributária de Contratos: Retenções, Notas Fiscais e Imunidades na Prática
I – DADOS DA PROPONENTE	
Nome da empresa	Open Soluções Tributárias LTDA
Registro, dados bancários e contatos	CNPJ: 09.094.300/0001-51 Banco: (077) Banco Inter Agência: 0001 Conta Corrente: 1135826-2 Telefone: (71) 9 9705-5273 / 0800 888 1482 E-mail: open@opentreinamentos.com.br
Certidões de regularidade fiscal <i>(anexar à proposta)</i>	PGFN – validade:27/02/2027 FGTS – validade:29/09/2026 Trabalhista – validade: 03/03/2027 Municipal – validade:08/12/2026 Estadual – validade:12/10/2026 Correcional – validade: 11/10/2026
Documentos de justificativa de preço <i>(anexar à proposta)</i>	
Responsável pelo evento na empresa	Soraya Sá 7199239-0992

Investimento (Valor bruto contendo todas as despesas e impostos)	R\$ 74.925,46(setenta e quatro mil novecentos e vinte e cinco reais e quarenta e seis centavos)
Apresentação da empresa (Descrição da finalidade da empresa e outras informações relevantes)	Open Treinamentos Empresariais é especializada em capacitação profissional para órgãos públicos e empresas privadas, com atuação nacional. Oferecemos treinamentos que aliam conhecimento técnico à aplicabilidade prática, sempre com base na legislação vigente e nas melhores práticas de gestão. Com um histórico de sucesso, já capacitamos milhares de profissionais e atendemos centenas de organizações, que confiam em nossa expertise para desenvolver suas equipes.
II – PLANO DE ENSINO	
II.1 – DADOS DO(A) DOCENTE 1	
Nome completo	Alexandre Marques Andrade Lemos
Dados pessoais (Anexar cópia do documento pessoal)	RG/Órgão expedidor: 0678799180 Órgão expedidor: SSP/BA CPF: 716 561 105- 91 Data de nascimento: 11/02/1977 Telefone: 71 9 9956-9237 E-mail: open@opentreinamentos.com.br

Currículo completo <i>(lattes atualizado ou similar)</i>	Alexandre Marques: Advogado atuante nas áreas de Direito Tributário e Empresarial; Contabilista; Consultor municipal e empresarial na área tributária e previdenciária; Pós-graduado em Direito Processual Civil; Sócio do escritório Damasceno & Marques Advocacia, em Salvador–Ba; Professor em cursos de pós-graduação e de capacitação para empresas e entidades públicas de todo o país, inclusive da ESAF – Escola Superior de Administração Fazendária. Autor dos livros Gestão Tributária de Contratos e Convênios e Tributação da Atividade de Saúde. Co-autor das obras ISS – Lei Complementar 116/03, coordenada por Ives Gandra da Silva Martins e Planejamento Tributário, coordenada por Marcelo Magalhães.
Declaração racial (autodeclaração) <i>(A prestação desta informação é facultativa e será utilizada exclusivamente para fins estatísticos e institucionais relacionados às políticas de diversidade, equidade e inclusão, conforme classificação do IBGE)</i>	(X) Branca () Preta () Parda () Amarela () Indígena () Prefiro não informar
II.1 – DADOS DO(A) DOCENTE 2	
Dados pessoais <i>(Anexar cópia do documento pessoal)</i>	Gustavo Batista dos Reis RG/Órgão expedidor: 126848326 Órgão expedidor: SSP/BA CPF:030192475-94 Data de nascimento: 27/12/1990 Telefone: 7198628-6445 E-mail: gr@dmadvocacia.com.br

Currículo completo <i>(lattes atualizado ou similar)</i>	Gustavo Batista dos Reis é o professor que ministra os temas relacionados ao Imposto Sobre Serviços (ISS) no treinamento mais completo do mercado sobre retenções tributárias na fonte: o curso Gestão Tributária de Contratos e Convênios. E sabe por quê? Ele é Bacharel em Direito e Advogado, Pós-Graduado em Planejamento Tributário, Consultor da Open Treinamentos e Editora, Supervisor do sistema Web Gestão Tributária, Consultor da OPEN Consultoria Tributária e Colaborador do blog Foco Tributário. Ministra cursos para entidades públicas e privadas pelo Brasil, como SEBRAE -BA, Tribunal Regional do Trabalho 3ª Região, CEMIG, CREMESP, Ministério Público do Trabalho, entre outros.
Declaração racial (autodeclaração) <i>(A prestação desta informação é facultativa e será utilizada exclusivamente para fins estatísticos e institucionais relacionados às políticas de diversidade, equidade e inclusão, conforme classificação do IBGE)</i>	☐ Branca ☐ Preta ☒ Parda ☐ Amarela ☐ Indígena ☐ Prefiro não informar
Dados pessoais <i>(Anexar cópia do documento pessoal)</i>	RG/Órgão expedidor: CPF: Data de nascimento: Telefone: E-mail:
II.1 – DADOS DO(A) DOCENTE 3	
Dados pessoais <i>(Anexar cópia do documento pessoal)</i>	Professor Arick Pires Farias RG/Órgão expedidor: 1439733473 – SSP/BA CPF:065935135-80 Data de nascimento: 23/03/1996 Telefone: 7198429-4998 E-mail: arick@opensolucoestributarias.com.br

Currículo completo <i>(lattes atualizado ou similar)</i>	Arick Pires Farias é consultor tributário na Open Soluções Tributárias, onde atua desde 2022 prestando consultoria a órgãos públicos e empresas privadas, elaborando pareceres, petições e recursos tributários e cíveis. Formado em Direito pela Faculdade Baiana de Direito, integrou a Comissão das Sociedades de Advogados da OAB/BA. Foi campeão do II Moot Brasileiro de Direito Tributário (2020) e admitido para o LLM em Direito Americano na George Mason University (EUA).
Declaração racial (autodeclaração) <i>(A prestação desta informação é facultativa e será utilizada exclusivamente para fins estatísticos e institucionais relacionados às políticas de diversidade, equidade e inclusão, conforme classificação do IBGE)</i>	() Branca (X) Preta () Parda () Amarela () Indígena () Prefiro não informar
Dados pessoais <i>(Anexar cópia do documento pessoal)</i>	RG/Órgão expedidor: CPF: Data de nascimento: Telefone: E-mail:
II.2 DADOS DA AÇÃO EDUCATIVA	
Objetivo geral <i>(O objetivo geral deve responder as perguntas: O que o curso pretende? Para quê?)</i>	A proposta visa capacitar os participantes — especialmente as equipes de liquidação, fiscalização, gestão de contratos e pagamento — para atuarem com segurança e autonomia diante dos novos desafios impostos pela Reforma Tributária, promovendo a consolidação de práticas administrativas e operacionais alinhadas às diretrizes da nova legislação.

Conteúdos abordados

(Para cada aula programada, inserir um título, datas, objetivos específicos de aprendizagem e conteúdos correspondentes)

AULA 1 – 1º/12/2026

Professor: Alexandre Marques:

Objetivo de aprendizagem:

Ao final da aula, os participantes estarão aptos a identificar os principais fundamentos e impactos da Reforma Tributária no âmbito da Administração Pública, analisar as mudanças decorrentes da instituição dos novos tributos e compreender as responsabilidades tributárias relacionadas às retenções de INSS em contratos de cessão de mão de obra, empreitada e contratação de cooperativas de trabalho.

Conteúdos abordados:

1. Panorama da Reforma Tributária – Características gerais da reforma aprovada pela Emenda Constitucional nº 132/2023 Contexto, fundamentos e impactos para órgãos públicos 2. Novos Tributos – Detalhamento, fato gerador, base de cálculo e regimes específicos

AULA 2 – 2/12/2026

Professor: Alexandre Marques

Objetivo de aprendizagem:

Ao final da aula, os participantes estarão aptos a identificar os principais fundamentos e impactos da Reforma Tributária no âmbito da Administração Pública

Conteúdos abordados:

3. Análise Setorial das Mudanças no Sistema Tributário – Gestão e operações

4. Responsabilidades Tributárias Relativas ao INSS 4.1 Retenção de INSS na cessão de mão de obra e empreitada 4.2 Contribuição previdenciária sobre cooperativas de trabalho

	AULA 4 – 3/12/2026 Professor: Gustavo Reis Objetivo de aprendizagem: Ao final da aula, os participantes estarão aptos a identificar os principais fundamentos e impactos da Reforma Tributária no âmbito da Administração Pública Conteúdos abordados: 4.3 Contribuição patronal e retenção na fonte de INSS dos contribuintes individuais (atualizada pela Instrução Normativa RFB nº 2.110, de 17 de outubro de 2022) 5. Retenção de ISS – Imposto Sobre Serviços na contratação de pessoas físicas e empresas 6. Retenção de Imposto de Renda (IRRF) e das Contribuições Sociais (CSLL, PIS/Pasep e COFINS)
	AULA 4 – 4/12/2026 Professor: Arick Farias Objetivo de aprendizagem: Ao final da aula, os participantes estarão aptos a identificar os principais fundamentos e impactos da Reforma Tributária no âmbito da Administração Pública Conteúdos abordados: INS) 6.1 IRRF sobre contratos de prestação de serviços 6.2 CSLL, PIS/Pasep e COFINS retidos na fonte sobre contratos de prestação de serviços com pessoas jurídicas 6.3 Retenções do Poder Público Federal (Administração Direta e Indireta da União) 7. Procedimentos Complementares e Imunidade Tributária 7.1 Recebimento de notas fiscais conforme instruções da nova legislação 7.2 Imunidade fiscal de empresas

Modalidade de oferta	☒ Presencial ☐ Presencial com transmissão simultânea pelo Teams ☐ EaD síncrona (aulas ao vivo pelo Teams) ☐ EaD assíncrona (em plataforma de educação a distância) ☐ EaD síncrona e assíncrona (aulas on-line ao vivo + atividades em plataforma de educação a distância) ☐ Híbrida (aulas presenciais + atividades em plataforma de educação a distância)
Período de realização	Datas: 1º a 4 de dezembro de 2026
Horário de realização	14h às 18h
Carga horária total	16 horas/aula
Público-alvo	Servidores(as) e colaboradores(as) envolvidos com retenção tributária
Quantidade de vagas por turma	40

Metodologia de ensino detalhada

(Descrição detalhada da metodologia de ensino, isto é, como os conteúdos propostos serão abordados durante o curso pelo(a) docente? Como será a explanação dos conteúdos? Como os alunos serão envolvidos na abordagem? Como se dará a participação dos alunos? Haverá atividades práticas? Aplicação de metodologias ativas? Quais? Haverá atividades em grupo?)

Metodologia de Ensino Detalhada:

O curso será desenvolvido por meio de uma abordagem teórico-prática, participativa e orientada à aplicação dos conhecimentos no ambiente institucional do Supremo Tribunal Federal (STF), buscando não apenas a compreensão dos fundamentos jurídicos e tributários, mas principalmente o desenvolvimento da capacidade dos participantes para tomada de decisões e execução dos procedimentos relacionados à gestão tributária dos contratos administrativos.

A metodologia será estruturada a partir da exposição dialogada dos conteúdos, conduzida pelos docentes especialistas, combinando a apresentação dos conceitos essenciais, a análise da legislação aplicável, a interpretação de normas e atos administrativos, bem como a discussão dos impactos práticos decorrentes da Reforma Tributária nas rotinas dos órgãos públicos.

Durante as aulas, os conteúdos serão apresentados de forma progressiva, partindo de uma visão geral das mudanças introduzidas pela Emenda Constitucional nº 132/2023, passando pela análise dos novos tributos, seus efeitos sobre as operações administrativas e contratuais, até alcançar os procedimentos específicos relacionados às retenções tributárias, emissão e recebimento de documentos fiscais, responsabilidades previdenciárias e imunidades tributárias.

A abordagem será conduzida com ênfase em situações reais enfrentadas pela Administração Pública, utilizando estudos de caso, exemplos práticos, simulações de cenários e análise de documentos fiscais e contratuais, permitindo que os participantes relacionem os conceitos apresentados com suas atividades diárias. Essa metodologia é especialmente relevante considerando o objetivo do curso de preparar as equipes do STF para os desafios operacionais decorrentes das mudanças no sistema tributário nacional.

Estratégias de participação e interação dos alunos

A participação dos alunos será estimulada durante todo o treinamento por meio de:

- * Debates orientados em sala, permitindo a troca de experiências entre servidores de diferentes áreas envolvidas na gestão contratual;
- * Resolução coletiva de situações-problema, nas quais os participantes poderão aplicar os conhecimentos adquiridos para identificar procedimentos adequados;
- * Discussão de dúvidas práticas relacionadas às rotinas institucionais, especialmente aquelas envolvendo liquidação, fiscalização contratual, pagamento e análise de documentos fiscais;
- * Compartilhamento de experiências profissionais, considerando que os participantes possuem diferentes atribuições dentro do fluxo operacional da instituição.

Aplicação de metodologias ativas

Serão utilizadas metodologias ativas de aprendizagem, com destaque para:

1. Aprendizagem baseada em problemas (Problem Based Learning – PBL)

Os participantes serão apresentados a situações práticas envolvendo contratos administrativos, retenções tributárias, notas fiscais e obrigações acessórias, sendo estimulados a analisar o problema, identificar riscos e propor soluções fundamentadas.

2. Estudo de casos práticos

Serão analisados casos semelhantes aos enfrentados pelos órgãos públicos, permitindo compreender a aplicação da legislação tributária na prática e os reflexos das decisões administrativas.

3. Aprendizagem colaborativa

Os participantes serão incentivados a construir soluções conjuntamente, promovendo a integração entre as áreas de fiscalização, gestão contratual, liquidação e pagamento.

	4. Análise prática de documentos e procedimentos Sempre que aplicável, serão utilizados exemplos de documentos fiscais, contratos administrativos, situações de retenção tributária e procedimentos operacionais, aproximando o conteúdo da realidade profissional dos alunos. Atividades práticas e em grupo O curso contará com atividades práticas desenvolvidas individualmente e em grupo, incluindo: * análise de cenários envolvendo contratação de serviços e fornecimento de bens; * identificação das responsabilidades tributárias do órgão contratante; * avaliação de hipóteses de retenções de tributos federais, ISS e INSS; * discussão sobre procedimentos adequados diante das novas regras decorrentes da Reforma Tributária; * resolução de exercícios aplicados à realidade dos setores participantes. Ao final de cada módulo, será promovido um momento de consolidação do aprendizado, com revisão dos principais pontos abordados, esclarecimento de dúvidas e orientação quanto à aplicação prática dos conhecimentos na rotina administrativa. Dessa forma, a metodologia proposta busca garantir uma capacitação dinâmica, aplicada e alinhada às necessidades do STF, proporcionando aos participantes maior segurança técnica, autonomia operacional e capacidade de atuação diante das novas exigências do sistema tributário brasileiro.
Atividades avaliativas (Os alunos realizarão alguma atividade específica para aplicação dos conhecimentos estudados durante o curso? Em caso afirmativo, elas devem ser especificadas neste item. Observação: não é exigida a atribuição de notas às atividades realizadas pelos alunos.)	() Sim. Detalhamento das atividades: (X) Não
Recursos instrucionais necessários (materiais e recursos audiovisuais que serão utilizados)	Projektor e quadro branco ou flip chart.

Material Didático	☒ Sim ☐ Não
Formato do material didático	☒ Impresso ☐ PDF ☐ Outro. Especifique:
Haverá suporte para atividades assíncronas em plataforma virtual? <i>(É necessário hospedar algum material didático complementar em plataforma de educação a distância para consulta dos alunos?)</i>	☐ Sim. Especifique: ☒ Não se aplica
Autorização de gravação do evento <i>(Caso a gravação não seja autorizada, excluir os itens 11 a 14 das Responsabilidades da Proponente e os itens 7 a 9 das Responsabilidades do(a) docente)</i>	☒ Sim ☐ Não

III – RESPONSABILIDADES DAS PARTES

III.1 – RESPONSABILIDADES DA PROPONENTE

1. Manter ativas as certidões necessárias à regularidade fiscal da empresa, sem a qual inviabiliza-se a contratação e o pagamento pelos serviços prestados.
2. Realizar reunião de alinhamento com a equipe do STF antes da realização da ação educacional, com a presença do(a) docente.
3. Assegurar o cumprimento de todos os itens previstos no Plano de Ensino.
4. Cumprir as datas e horários previamente combinados para realização da ação educacional.
5. Quanto ao material didático do curso:
 - elaborar, em língua portuguesa, salvo termos estrangeiros e/ou técnicos já consolidados e utilizados na área de atuação.
 - disponibilizar, por meio eletrônico, preferencialmente antes do início ou em até 5 dias úteis após o término do curso.
6. Promover os pagamentos de honorários do(a) docente.
7. Arcar com as despesas operacionais do(a) docente e outras acessórias.
8. A oferta do curso será realizada pelo(s) docente(s) indicado(s) neste instrumento.
9. Manter canais de comunicação durante a realização do evento.
10. Encaminhar Nota Fiscal para pagamento após a realização do evento, após verificado o cumprimento das obrigações previstas nesta proposta.
11. Ceder ao Contratante o direito patrimonial de autor, já contemplado no valor acordado, de todo o conteúdo gerado pela capacitação (gravações de áudio e vídeo, material didático), em caráter definitivo, que será utilizado para fins de instrução de pessoal interno (servidores e demais colaboradores) do STF.
12. Ceder ao Contratante, em caráter definitivo, o direito de utilização das imagens da capacitação, na íntegra ou em parte, para fins institucionais, educativos, informativos e técnicos, em qualquer mídia interna existente ou que venha a existir, inclusive em suas redes sociais, em todo território nacional e internacional.
13. As imagens só poderão ser divulgadas pelo proponente mediante autorização expressa de cada um dos participantes do curso, estando o uso indevido das imagens sujeito às penalidades previstas nos dispositivos legais.
14. É vedada a utilização das gravações de áudio e vídeo do treinamento contratado pelo STF em outros cursos ministrados pelo(a) docente.

III.2 – RESPONSABILIDADES DO(A) DOCENTE

1. Elaborar o Plano de Ensino de acordo com os dados requeridos pelo STF.
2. Elaborar o material didático do evento, que deverá ser enviado à empresa contratante.
3. Ministrar, efetivamente, as aulas previstas no Plano de Ensino nas datas e horários combinados.
4. Seguir o cronograma de realização do evento em conformidade com os dados apresentados neste instrumento.
5. O(A) docente autoriza a entrega de cópia ou envio do material didático e slides, em meio físico ou eletrônico, aos participantes do curso.
6. Preencher e enviar ao STF o formulário de avaliação, por meio eletrônico, em até 5 dias úteis do término do evento.
7. Ceder ao Contratante o direito patrimonial de autor, já contemplado no valor acordado, de todo o conteúdo gerado pela capacitação (gravações de áudio e vídeo, material didático), em caráter definitivo, que será utilizado para fins de instrução de pessoal interno (servidores e demais colaboradores) do STF.
8. Ceder ao Contratante, em caráter definitivo, o direito de utilização das imagens da capacitação, na íntegra ou em parte, para fins institucionais, educativos, informativos e técnicos, em qualquer mídia interna existente ou que venha a existir, inclusive em suas redes sociais, em todo território nacional e internacional.
9. As imagens só poderão ser divulgadas pelo proponente mediante autorização expressa de cada um dos participantes do curso, estando o uso indevido das imagens sujeito às penalidades previstas nos dispositivos legais.

III.3 – RESPONSABILIDADES DO STF

1. Emitir Nota de Empenho específica após autorização do evento pelo(a) Diretor(a)-Geral.
2. Viabilizar o contato do(a) docente com os servidores do Tribunal que poderão contribuir com informações necessárias ao bom andamento do curso.
3. Disponibilizar as instalações físicas e o ambiente virtual de aprendizagem para a realização do evento, no caso de não disponibilização por parte da contratada.
4. Indicar os participantes da ação educacional.
5. Informar a contratada sobre o andamento das inscrições para, no caso de não preenchimento de 60% do número de vagas previsto, avaliar a necessidade de reagendamento do evento.
6. Prestar suporte à realização do evento.
7. Atestar a execução dos serviços, mediante apresentação de Nota Fiscal pela empresa, após a comprovação do cumprimento de todos os itens do conteúdo programático e da metodologia discriminados na Proposta da Proponente.
8. Efetuar o pagamento por meio de ordem bancária, em até 10 dias úteis após o atesto. No caso de apresentação de Nota Fiscal em desacordo com o estabelecido na Proposta, o prazo para pagamento será interrompido, sendo a contagem reiniciada a partir da respectiva regularização.
9. Aplicar avaliação de reação ao final da ação de capacitação.
10. Certificar os participantes e o(a) docente.



Alexandre Marques Andrade Lemos
Sócio Administrador
CPF: 718.561.105-91